

A MATEMÁTICA MODERNA E A EDUCAÇÃO DO CAMPO

MODERN MATHEMATICS AND RURAL EDUCATION

Weliton Borges Costa ¹

Resumo: O presente trabalho foi desenvolvido com base em leituras e pesquisas bibliográficas, de autores renomados, qualificados que estudam o tema em epígrafe. Objetiva-se a fazer contrapontos críticos frente às adversidades encontradas para realizar a educação de qualidade no campo, tendo em vista suas realidades e a digna preparação do aluno do campo para concorrer, com outros alunos que tiveram melhores preparação em escolas convencionais e com melhores estruturas. Com as inovações do ensino, também avançam as inovações das disciplinas, tal como a matemática. Nesse contexto, a evolução e modificações que vem das propostas do ensino, pretende-se enfatizar principalmente as contribuições para o ensino de matemática no meio rural utilizando-se do lúdico e do meio em que vivem, para desenvolver suas habilidades necessárias para melhorar o aprendizado dos alunos, preparando-os melhor para os processos de vestibular e outras competições impostas pela sociedade moderna sem perder, através da educação, e em especial do ensino matemático, suas habilidades para o desenvolvimento de suas atividades locais de seu convívio. Este trabalho aproxima a conceituação do lúdico como sendo de fundamental para utilização do professor no desenvolvimento de sucesso da atividade de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Lúdico. Educação do Campo. Matemática Moderna.

Abstract: This work was developed based on readings and bibliographic research, by renowned, qualified authors who study the subject in question. It aims to make critical counterpoints in the face of the adversities encountered to carry out quality education in the field, in view of their realities and the dignified preparation of the field student to compete, with other students who had better preparation in conventional schools and with better structures. With innovations in teaching, innovations in disciplines, such as mathematics, also advance. In this context, the evolution and modifications that come from the teaching proposals, it is intended to emphasize mainly the contributions to the teaching of mathematics in rural areas using the ludic and the environment in which they live, to develop their necessary skills to improve learning of students, preparing them better for the entrance exams and other competitions imposed by modern society without losing, through education, and especially mathematical teaching, their skills for the development of their local activities of their conviviality. This work approaches the concept of playfulness as being fundamental for the use of the teacher in the successful development of the teaching-learning activity.

Keywords: Playful. Rural Education. Mathematics Modern.

¹ Especialista em Gestão de Cooperativas pela Universidade Católica do Tocantins. Graduado em Normal Superior pela Unitins. Licenciado em Matemática (UNINTER). Atualmente Professor na Rede Estadual do Tocantins no Ensino Médio (Seduc). Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7058148726803782>. E-mail: weliton.wbc@gmail.com

Introdução

Por muito tempo, o ensino matemático tem sido tratado como algo de muitas dificuldades de aprendizado, com poucos alunos com gosto e habilidades para o estudo da disciplina. Por outro lado, muitos professores sem a devida capacitação e sem estímulos necessários para a criação de aulas que podem atrair a atenção e o gosto do aluno pelo desenvolvimento matemático. Isso pôde ser observado nas escolas das cidades, onde têm mais mecanismo, mais materiais didáticos que poderiam ser utilizados para melhorar as das aulas. Quando se trata do ensino de matemático no campo, com alunos com realidades totalmente diferentes da realidade dos professores, tendo em vista que muitos professores vão da cidade para lecionar no campo ou, em sua maioria os alunos do campo se deslocam para as cidades vizinhas, adversas às suas realidades locais.

Dados de 2014 (censo demográfico - IBGE) apontam que entre os jovens das 923.609 famílias que viviam em 8.763 assentamentos no Brasil, 15,58% não foram alfabetizados; 42,27% cursaram apenas até a antiga 4ª série; 27,27% concluíram o ensino fundamental; 7,36% fizeram uma parte do ensino médio e 6,04% concluíram a Educação Básica. A falta de incentivo e de estrutura e outras motivações internas e externas justificam esses números.

Um censo demográfico realizado no Brasil em 2000 informa que a população rural brasileira representa 32 milhões de pessoas (Brasil, 2003). No ano de 2006 foi publicada uma coletânea de artigos a partir do Programa de Estudos sobre a Educação no meio rural do Brasil (BOF, 2006). Esses textos objetivavam analisar a situação, as condições de funcionamento e o desempenho da educação no meio rural brasileiro. Nos dados oriundos dessa coletânea, encontramos que 95% das crianças dos 10 aos 14 anos estavam matriculadas em escolas, o que evidenciava que o acesso à educação tinha sido ampliado para essa população. Dos matriculados, porém, 72% encontravam-se em distorção na relação idade-série (PINTO et al., 2006 apud BOF, 2006).

A educação do campo se caracteriza pela contextualização, pela observação da realidade diferenciada a que os alunos estão inseridos, pensando na sustentabilidade das famílias e na permanência dos jovens no campo, primando pela qualidade de vida, boa educação, voltada para a utilização do conhecimento para sua realidade produtiva e social.

Para debater e criar perspectivas de educação do campo, em 16 de abril de 1998, por meio da Portaria Nº. 10/98, o Ministério Extraordinário de Política Fundiária criou o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), vinculando ao Gabinete do Ministro e aprovou o seu Manual de Operações.

No ano de 2001, o Programa foi incorporado ao Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra). Nessa época, foi editada a Portaria/Incra/nº 837, aprovando a edição de um novo Manual de Operações.

Em 2004, frente à necessidade de adequar o Pronera às diretrizes políticas do atual Governo, que prioriza a educação em todos os níveis como um direito social, foi elaborado o Manual de Operações, aprovado pela Portaria/Incra/Nº 282 de 16/4/2004.

O Pronera propõe e apoia projetos de educação voltados para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária. Porém, o programa não consegue abranger todas as áreas do campo. É necessário fortalecer o programa e formar mais professores com entendimento da educação do campo.

Desenvolvimento

Na eloquente história do Brasil, entre as décadas de 1960 e 1970, o país passa por uma marcante mudança na economia com a entrada do capital internacional, decorrente do crescente capital desenvolvimentista. Por sua consequência houve um crescimento acelerado do movimento operário e camponês e o surgimento de grupos de esquerda e entidades que lutavam pela transformação da estrutura da sociedade. Nesse período também houve grupos que viam na educação um mecanismo de transformação da sociedade através da formação que proporcionava uma consciência crítica política e social. O período foi marcado por lutas por reformas importantes para o campo e para cidade, tais como: reformas eleitorais, tributárias, agrárias, urbana, bancária

e universitária. Porém, por parte da ditadura militar houve muita resistência à formação dos movimentos sociais. Essas repressões foram marcadas por prisões arbitrárias, torturas, processos forjados, assassinatos de operários, camponeses, líderes sindicais, de membros de igreja e de partidos de esquerda. Juntamente com isso, a ditadura impôs projetos e medidas com o objetivo de integrar o Brasil na corrente de desenvolvimento e expansão do capitalismo mundial (QUEIROZ, 1997, pág. 55).

A intervenção do estado que assolou o Brasil teve abrangência na política, na economia e na agricultura, com o objetivo, segundo o governo, de baixar preços dos produtos agroindustrializados para aumentar a produção agropecuária interna e consequente aumento da exportação. No que diz respeito a educação era preocupante pois os investimentos na educação eram diminutos, no entanto, o que restou na reforma universitária de 1968, resultado na aprovação da lei de Profissionalização do Ensino Médio de 1971” (SOBRAL, 2000, p. 4), com o objetivo de profissionalizar os mais jovens, formando o maior número de trabalhadores para o mercado, com isso barrando a entrada do ensino superior, mantendo aí um forte esquema de controle político e social, coibindo o surgimento de novos movimentos e o fortalecimento das organizações que lutaram para as mudanças estruturais da sociedade. Contudo, os camponeses tiveram seu acesso à educação negado ou no mínimo dificultada, ação essa observada, sobretudo nas três últimas décadas do século XX. Porém essa negação não acomodou os movimentos e entidades de luta, as pautas de lutas foram ampliadas não só apenas por uma educação rural, mas por uma educação do campo. Vinda posterior com um conjunto de iniciativas e ações contra a concentração da terra, do poder e do saber. Sobretudo a década de 1970 foi marcada, segundo Gohn, por “lutas e resistências coletivas, em busca do resgate de direitos da cidadania e contra o autoritarismo vigente” (GOHN, 2001, p. 54). Foi assim, que a luta pela educação do campo, pautou as primeiras iniciativas de educação popular através da educação política, como a da alfabetização de jovens e adultos, da formação de lideranças sindicais, comunitárias e populares. Alguns setores da igreja católica, se comprometeram com a luta dos movimentos sociais, das organizações, com as pautas de lutas dos trabalhadores tanto no meio urbano, quanto rural, foi a partir desse contribuição que surgiu, ligada à igreja católica a Comissão Pastoral da Terra (CPT), com o objetivo da defesa dos posseiros, na luta pela reforma agrária e pela permanência na terra. No final da década de 1960, também marca o surgimento das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), no Estado do Espírito Santo, trabalhando com a Pedagogia da Alternância, no Ensino Fundamental. E em 1976, dá início a primeira experiência de Escola do campo e para o campo.

Vale ressaltar que logo no ano de 1983, surge importantes instrumentos de lutas dos trabalhadores, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e, em 1984 surge o Movimento Sem Terra (MST). Com o fortalecimento de instituições de defesa dos direitos dos camponeses surgem com mais pauta de debate sobre a educação para a cidadania e a escola cidadã em 1980, debates esses, que contribuiriam significativamente para algumas conquistas dos trabalhadores na nova Constituição promulgada em 1988, entre elas, o direito a educação. Já na década seguinte pode-se observar novas concepções neoliberais. Escondendo a raiz dos grandes problemas da sociedade que exige mudanças estruturais. Junte-se a isso que as propostas e definições seguiram as recomendações “de agências financeiras internacionais no campo educacional, em especial o Banco Internacional de Reconstrução e Fomento, ou Banco Mundial – BIRD, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID”. (CUNHA, 2000, p. 02).

No decorrer desse processo, houve uma crise entre os movimentos sociais surgido à época e a criação de outros movimentos, contudo houve bastante avanços com relação às conquistas da Educação do Campo. A Lei de Diretrizes Bases (LDB) foi reformulada para o ensino técnico, por uma exigência do Banco Mundial, entre as mudanças podemos citar o desmantelamento da educação unitária, desvinculando o ensino profissional da formação geral, pela primeira vez na legislação houve uma referência explícita à especificidade e diferenciação quanto à oferta de educação básica para a população rural. O Artigo 28, da LDB, diz que:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias

apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Os avanços acima percebidos, foram frutos das articulações dos movimentos sociais, aumentando a oferta específica de educação para a população rural. Já no final de 1990, a união dos movimentos sociais do campo, mais uma vez saiu vitorioso por pautar e articular o movimento denominado: “Por uma Educação Básica do Campo”, assim aconteceu a I Conferência, em julho de 1998, em Luziânia-Go. O ápice desse debate resultou em um processo que vem crescendo, possibilitando maiores intervenções e debates na construção de um novo projeto educacional do campo. Os movimentos pela educação do campo foram diretamente responsáveis por toda a articulação e conquistas, utilizando de toda a sua experiência acumulada, foram sujeitos importantes.

Na I Conferência de Educação datada em agosto de 2004, já se encaminhou a II Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo, nesta com a presença de 1.100 participantes, entre eles representando Movimentos Sindicais e Sociais e Organizações de Trabalhadores do Campo, Universidades, ONGs, Centros Familiares de Formação por Alternâncias, Secretárias Municipais e Estaduais de Educação e vários outros órgãos da gestão pública. Participaram ainda trabalhadores do campo, educadores, educandos de comunidades camponesas, ribeirinhas, pesqueiras e extrativistas, de assalariados, quilombolas e povos indígenas.

Assim se deu essa rápida trajetória da educação do campo no Brasil, nos mostrando que historicamente a política educacional brasileira não priorizou e nem contemplou as necessidades e a realidade dos povos do campo.

Mas, em meio a isso, os “movimentos sociais, sindicais e algumas pastorais passaram a desempenhar papel determinante na formação política de lideranças do campo e na luta pela reivindicação de direitos no acesso à terra, água, crédito diferenciado, saúde, educação, moradia, entre outras”. A partir da luta por estes direitos foi se construindo “novas práticas pedagógicas através da educação popular que motivou o surgimento de diferentes movimentos de educação no campo, nos diversos estados do país. Mas foi na década de 1980 que estes movimentos ganharam mais força e visibilidade” (II CNEC, 2004).

A Educação do campo é uma ideia debatida a partir da organização do povo do campo e suas mais diversas concepções formais e informais pautada nas conquistas libertárias pela terra e por políticas públicas que possam permitir a permanência do jovem no campo. Em 2014, na I Conferência Nacional da Educação do Campo, onde se debate a educação voltada para a realidade do campo, propondo a utilização de metodologias inovadoras e conteúdos articulados às necessidades, com ações que não fiquem apenas no caderno do aluno, mas que possam ser utilizados no dia-a-dia, fixando como efetivas no cotidiano da comunidade escolar. Nesse aspecto, constrói-se a reflexão do papel da escola de acordo com a realidade dos alunos.

Paulo Freire (1996, p. 14), afirma que “formar é muito mais que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas...”. Formar consiste na prática pedagógica do não incentivo ao individualismo e a competição, nessas condições Paulo Freire anuncia a solidariedade a convivência com a comunidade como algo capaz de transformar o ser humano como ser humano, utilizando-se do processo educativo, de forma que possa incluir o sujeito como sujeito.

A educação precisa servir para que a sociedade possa se libertar do seu caos social, tanto a do campo como a da zona urbana. O modelo adotado para o ensino de matemática é composto por muitas regras, fórmulas, desafios rigorosos, priorizando a memorização. Tal necessidade de mudança pode ser conferida na Proposta Curricular (1998), “há que se transformar o ensino de matemática em educação matemática”, proporcionando formas lúdicas de aprender e utilizá-las como ferramentas de suas necessidades diárias, tendo em vista sua função educativa de resolução de problemas, na qual os sujeitos aprendam de forma significativa e relacionada ao seu cotidiano. Portanto, a Proposta Curricular (1998, p. 106) afirma que: “[...] a matemática não pode ser concebida como um saber pronto e acabado [...]. Pelo contrário, [...] deve ser entendida como um conhecimento vivo, dinâmico, produzido historicamente nas diferentes sociedades

[...]”. Portanto a educação matemática deve ser uma promotora de valores individuais e universais respeitando a diversidade, a cultura e os costumes locais. Nesse sentido então, a matemática deve servir para que a comunidade local possa aprender para se utilizar de suas próprias ferramentas para o desenvolvimento local, de suas atividades de trabalho e que a matemática deve estar verdadeiramente inserida na realidade dos sujeitos. Deve ensinar o sujeito a estar pronto a escolher o que de melhor aprendeu para aplicá-los na sua demanda específica, pois trabalhar com a terra demanda de conhecimentos específicos.

Com Fernando Cândido citando Fariaet (2009, p. 93 apud BRASIL, 2014, p. 21) dialoga:

Não basta que a escola ali esteja, mas é necessário que ela dialogue plenamente com a realidade do meio onde se encontra. Isso significa dizer que é uma escola inserida verdadeiramente na realidade desses sujeitos, pronta a acolher e procurar atender as demandas específicas desses homens e mulheres e seus filhos, população que trabalha com a terra e detém conhecimentos específicos e realidades profundamente diferentes daquela dos sujeitos inseridos no meio urbano.

Como os alunos do campo têm comportamento, culturas, costumes e trabalha diferentes dos alunos do meio urbano é necessário adaptar o ensino matemático à sua realidade. Conhecendo várias escolas do meio rural, pode-se observar que as mesmas raramente dispõem de infraestruturas adequadas para montagem, por exemplo, de Laboratório do Ensino Matemático (LEM), até os espaços físicos são limitados, não há materiais adequados, tornando-se necessário o conhecimento e criatividade do professor para adaptações dos espaços e de métodos que possam somar ao conhecimento já existente. Por exemplo, nas aulas do ensino de cálculos de áreas, pode-se exercitar medindo as hortas os quintais, cubando as terras trabalhadas pelos pais dos alunos e pelos próprios alunos ou até mesmo, em outras assuntos como: pesos e massas, calculando a produtividade de uma determinada produção agropecuária. Pois esses conhecimentos empíricos eles já os têm de alguma forma, entre os pais os trabalhadores da terra e quiçá os próprios alunos.

É necessário identificar práticas utilizando-se dos costumes culturais por diferentes contextos, buscando conhecer, entender o seu mundo e sua realidade. Torna-se, necessário um processo de formação de professores que possam entender o comportamento, a dialógica dos alunos ali inseridos, quando mais importante ainda, seria, em processo de médio prazo, formar professores específicos do campo, professores que residam no campo, tanto professores de matemática, como de outras disciplinas.

Segundo D’Ambrósio (1998, p. 16),

[...] isso significa desenvolver a capacidade do aluno para manejar situações reais, que se apresentam a cada momento de maneira distinta. Não se obtém isso com simples capacidade de fazer contas nem mesmo com a habilidade de solucionar problemas que são apresentados aos alunos de maneira adrede preparada.

Cada povo, cada comunidade, desenvolve conhecimentos específicos, assim também é o homem e a mulher camponeses, com realidades diferentes uma da outra, sendo assim, se torna necessário desenvolver a capacidade do aluno do campo de trabalhar essas habilidades voltada para sua realidade. O campo também é um “professor”, a vida no campo também nos ensina muito. Esse é o preceito básico da **Pedagogia de Alternância**, proposta usada em áreas rurais para mesclar períodos em regime de internato na escola com outros em casa, possibilitando o uso do aprendizado nas tarefas diárias da família. Segundo o site <https://novaescola.org.br> (Acesso em: 06 jun. 2019): “Por 30 anos, a receita foi aplicada no Brasil por associações comunitárias sem o reconhecimento oficial. Mais recente, o Ministério da Educação (MEC) não apenas aceitou a Alternância como também quer vê-la ainda mais disseminada”.

A metodologia foi criada por camponeses da França em 1935. Com o intuito de diminuir o tempo gasto dos alunos com idas e voltas para a escola, melhorando o aproveitamento e tempo dos

alunos na sala de aula e na aplicação das atividades educativas no cotidiano da família, possibilitando o aprendizado não só pelos alunos, mas por toda a família. Já a aplicação no Brasil, aconteceu em 1969, com a missão dos Jesuítas, no Espírito Santo. Após, foi difundido por outros 20 estados. Os alunos têm as disciplinas regulares do currículo do Ensino Fundamental e do Médio, além de outras voltadas à agropecuária, além da utilização de métodos voltados as suas realidades

O método da alternância, aplicados pelas Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) e as Casas Familiares Rurais (CFRs) possibilita, por exemplo, que os alunos possam aplicar o aprendizado de matemática e de outras disciplinas em sua própria propriedade, nas aulas podem ser utilizadas técnicas inovadoras que possibilitem o entendimento na aplicação prática, assim os alunos podem ter gosto no aprendizado do ensino matemático.

Portanto, a escola do campo mais do que ser considerada apenas uma mera escola de um perímetro não urbano, deve ser lugar de oportunidades, cheio de técnicas inovadoras, saberes e de pessoas que cultivam sonhos, com ensino que valorize seus saberes, sua cultura. A escola deve ser um espaço de vivência, socialização de ensino e aprendizagem envolvendo a família e acima de tudo o aluno.

É necessário haver um espaço dialógico para novas descobertas dos números, dos cálculos, dos saberes empíricos para que assim seja um espaço de respeito entre os saberes existentes em todas as culturas. Os diferentes conhecimentos matemáticos que existem nos camponeses que se fazem presentes na educação do campo têm uma ligação muito forte para o desenvolvimento da matemática e de outras disciplinas.

O trabalho do educador do campo deve ter a responsabilidade de identificar práticas utilizadas por diferentes contextos culturais e teológicos a procura da expansão do conhecer e entender o seu mundo e a sua realidade.

Paulo Freire (1996, p. 26-27), relatando o papel do professor, salienta “a importância do papel do educador, o próprio mérito da paz com que viva a certeza de que faz parte de sua tarefa não apenas ensinar os conteúdos, mais também ensinar a pensar crítico”, dessa forma o professor tem a responsabilidade não só de ensinar conteúdos mais de formar cidadãos críticos que possam entender a sua realidade e sua importância para a sociedade, compreendendo que sua aprendizagem pode, acima de tudo, dar vida ao campo. Entender que, com um campo que conta com educação de qualidade, infraestrutura básicas, saúde será capaz de trazer qualidade de vida ao campo e fixar os jovens no campo, transformando a sociedade mais justa e próspera.

Para Paulo Freire (1996, p. 13):

O ceticismo e o olhar crítico, o envolvimento apaixonado com a aprendizagem [...] a motivação de saber que você está descobrindo novos territórios. O professor precisa ser um aprendiz ativo e cético na sala de aula, que convida os estudantes a serem curiosos e críticos... e criativos.

O professor, acima de tudo, deve sempre estar motivado para o lecionar, muito mais ainda quando se trata de educação do campo, com toda a adversidade que o campo oferece para o desenvolvimento da prática da pedagogia, e para manter essa paixão, defendemos que o professor seja alguém que conheça a realidade de seus educandos, que o professor esteja aberto a ser aprendiz ativo na sala de aula, que posso estimular seus alunos a serem curiosos e críticos.

O professor ao compreender sua importância como professor-aprendiz, deve compreender também o conceito da etnomatemática, aceitando-a como método, analisando-a como bases críticas sociais acerca do ensino desenvolvido, tradicionalmente, nos últimos tempos. No conceito da etnomatemática, passou a designar as diferenças culturais nas diferentes formas de conhecimento. Deve ser utilizada como um programa interdisciplinar que engloba as ciências da cognição, da epistemologia, da história, da sociologia e da difusão. Ao entendê-la e posteriormente aceitá-la como método eficaz e capaz de abrir possibilidade de solucionar problemas relacionados ao ensino matemático tais como: a indisciplina e o desinteresse.

Pode-se invocar aqui, a relevância do professor de matemática em valorizar os conhecimentos do dia-a-dia dos aprendizes, sendo este apenas o ponto de saída, pois, o planejamento deve ter em vista o acesso ao saber sistematizado, elaborado, não se limitando as discussões do cotidiano que

muitas vezes estão permeadas de senso comum. Pensando na etnomatemática, deve-se considerar todo o conhecimento do campesino, pois ele possui um sistemático costume adquirida por sua convivência passada de pai para filho, de geração para geração.

Hoje o estado passa por um grande desafio, que é de transformar a escola do campo em um espaço de transformação, o estado precisa superar a ideia de que a escola **não** é um espaço de informação, de implantação de ideológica de ensino. A escola deve servir à sociedade como um espaço de transformação, por isso aqui colocamos alguns desafios a ser perseguido:

1. Instituir um grande movimento em torno da educação do campo. Para isso será necessário reafirmar as conquistas e não perder mais direito e ampliar os direitos conquistados;
2. Importância de ter escolas de fato, com infraestruturas necessárias para o desenvolvimento das atividades escolares da educação do campo;
3. Formar professores que compreendam a realidade do campo, para que assim, possam contribuir com o ensino-aprendizagem dos alunos, contando que parte dos professores não têm o ensino superior ou se têm lecionam por afinidades de disciplinas, não por formação;
4. É necessário ter uma proposta em rede político-pedagógico, produção em série de materiais específicos para a escola do campo;
5. É muito comum na escola do campo, ter classes multisseriados, tornando precário o trabalho nas escolas do campo;
6. Fortalecer alguns programas específicos de educação do campo, tais como: Pronacampo, Pronera...
7. A tecnologia na escola, mais do que uma estratégia, precisa ser percebida como um direito. As pessoas do campo não se tornam menos camponesas por terem acesso à tecnologia. É uma ferramenta fundamental para toda a educação, porque é capaz de proporcionar uma diversidade de possibilidades pedagógicas, de acesso à informação, aos dados. É imprescindível nas escolas. A informação que circula no campo ainda é muito restrita. Trata-se de uma ferramenta educativa fundamental.

Consideração Finais

Este artigo debate a necessidade, de acordo com a atual conjuntura política de reflexão sobre a organização estabelecidas entre a educação do campo e a relação de convivência com o meio em que vivem os alunos e a necessidade de rever as metodologias e os rumos que está tomado a educação do campo e da cidade. A crescente organização dos camponeses, representados por suas entidades formais e organizações não formais, em torno da temática de Educação do campo, desperta o real interesse do campesinos em conquistar melhores ambientes viáveis para criação de seus filhos, a sucessão e a viabilidade da vida no campo.

A temática faz despontar um cenário propositivo e de mudança no ensino, diante das práticas educativas vivenciadas por educadores. Nesse contexto, vale ressaltar que ensinar, em especial, o ensino de matemática, com base nos princípios da Educação do Campo representa, por si só, um grande desafio a ser enfrentado, pelo sistema de educação. Nesse trabalho, a reflexão adotada é a de levar a escola à realidade do aluno, levar a realidade do aluno para dentro da instituição de ensino. Trata-se de politizar o ensino de Matemática, visando contribuir com a construção de um projeto societário fundamentado em tais princípios (FRIGOTTO, 2011). As instituições acadêmicas vêm se despertando para essa inovação e propondo novas técnicas, métodos e conceitos, utilizando-se da produção de pesquisa, articulações entre a Educação do Campo e a Matemática Moderna.

Este trabalho também se propõe a debater as ideias em torno de implementação de métodos eficiente, no intuito de fortalecer a Educação do Campo e redução do êxodo rural, permitindo a sustentabilidade do campo com alunos competitivos no conceito matemático e outras disciplinas, democratizando o ensino, com ensino de qualidade.

A escola do campo necessita de novos instrumentos metodológicos e tecnológicos para o acesso à sociedade tecnológica, ao conhecimento científica e acima de tudo crítico.

O epicentro do debate histórico da educação do campo, tem como principal característica a

via de mão dupla: que, enquanto o professor deve entender a cultura e o comportamento dos seus alunos, de outro, deve-se ter cada vez mais professores saindo de dentro da própria comunidade e escolas do campo, para o campo e no campo.

A sociedade do campo deve mobilizar-se para conquistar a universidade para debater a formação de professores do campo, além de debater a extensão rural que faz parte da transversalidade da Educação do Campo. A cooperação entre a sociedade e as universidades desponta para a viabilização daquilo, que sobre a lógica da inserção de novas maneiras de ver a educação, implantar práticas inovadoras, em especial na educação matemática.

Conclui-se, a partir das análises apresentadas, que é possível uma aproximação entre o conhecimento advindo do cotidiano do aluno e o do ambiente escolar, bem como a construção de uma prática educativa na perspectiva de escola do campo, procurando conhecer os alunos, seus saberes, suas experiências e sua cultura. Constata-se também que é possível o professor propiciar um ambiente prazeroso em que os alunos se sintam bem, valorizando a sua história de vida, buscando sempre uma nova maneira de ensinar, proporcionando aos alunos contentamento no que se refere à aproximação dos conteúdos com o cotidiano. Por fim, evidencia-se que o método do professor de práticas agropecuárias, aliado à matemática e com a visão da Etnomatemática, pode desenvolver no aluno um sentido mais amplo de valorização cultural e aprendizado. Portanto, a matemática tem suas raízes profundas no sistema cultural do aluno e não pode ser deixada de lado, pois possui grande valor, e a escola deve se estruturar no diálogo em que aconteça a interação e a troca de conhecimentos.

Referências

- D'AMBROSIO, U. **Educação matemática: da teoria à prática**. 10. ed. São Paulo: Papyrus, 2003.
- DE QUEIROZ, João Batista Pereira. A Educação do Campo no Brasil e a Construção das Escolas do Campo. **Revista Nera**, ano 14, n. 18, jan./jun. 2011. ISSN: 1806-6755.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 21. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e Ousadia – O Cotidiano do Professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- MEC. Lei de diretrizes e bases da educação nacional – LDB. **Lei no. 9.394 de dezembro de 1996**. Brasília: MEC, 1996.
- MEC. **Relatório do Seminário sobre Educação do Campo**. Brasília: MEC, 2003.
- MEC. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Referências para uma política nacional de educação do campo: caderno de subsídios**. 2. ed. Coordenação: Marise Nogueira Ramos, Telma Maria Moreira, Clarice Aparecida dos Santos. Brasília; MEC/SECAD, 2005.
- QUEIROZ, João Batista Pereira de. **Construção das Escolas Famílias Agrícolas no Brasil. Ensino Médio e Educação Profissional**. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2004.
- RODRIGUES, Cynthia. **Pedagogia da Alternância na Educação Rural**. Disponível em: <https://novaescola.org.br>. Acesso em: 6 jun.2019.
- RODRIGUES, Cynthia. **Parâmetros curriculares nacionais: matemática**. Brasília, DF: Secretaria de Educação Fundamental, 1997. 142 p.

SILVA, Karine Pereira da. **Educação do Campo e o Ensino da Matemática**: uma relação possível. **Multidisciplinaridade**, São Luís, v. 2, n. 1, p. 32–50, 2016.

Recebido em 16 de Junho de 2022.

Aceito em 14 de março de 2023.